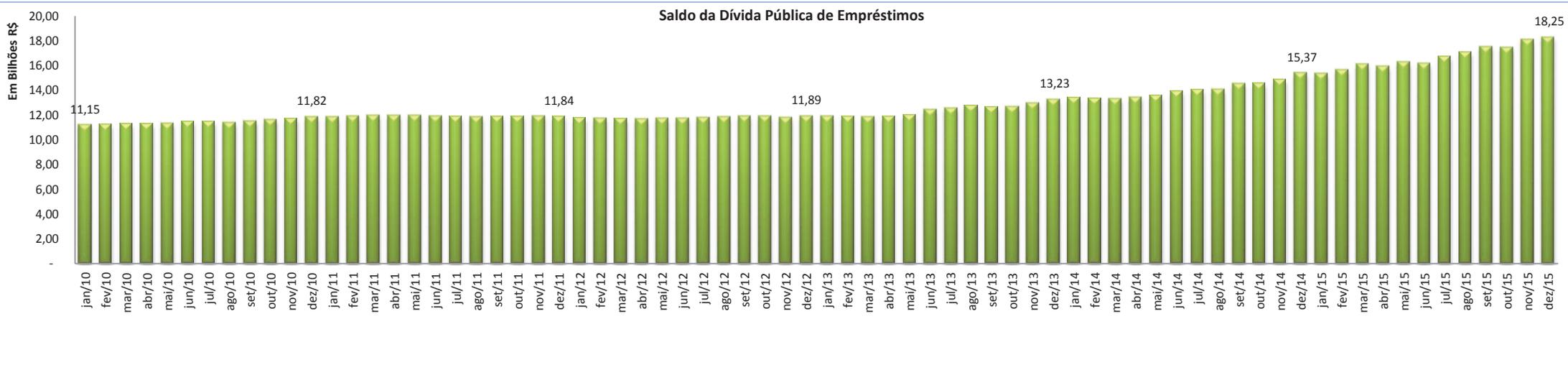




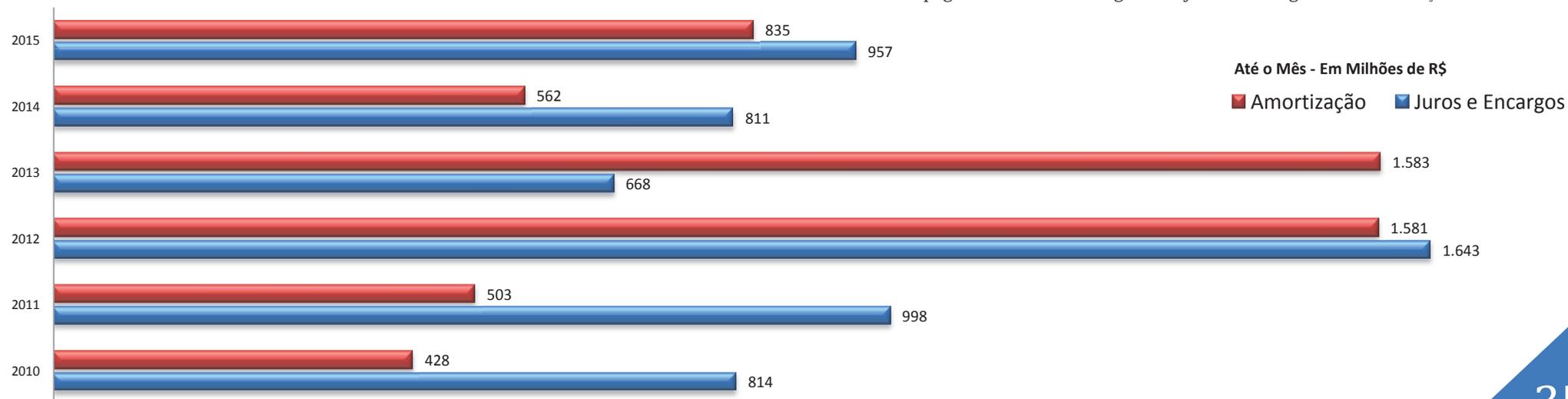
Dívida Pública de Empréstimos

A Dívida Pública de Empréstimos representa os valores que o Estado tem a obrigação de pagar em decorrência de empréstimos contraídos junto ao Governo Federal e às instituições financeiras, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.



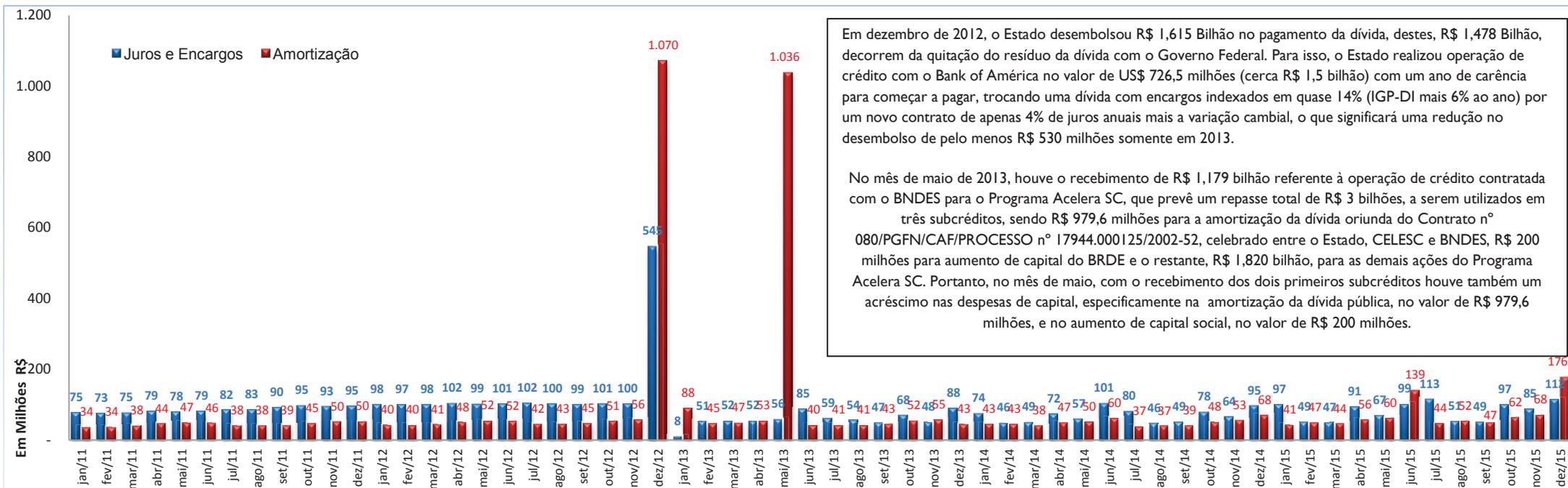
Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos

O pagamento da dívida engloba os juros e encargos e as amortizações.





Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos - Acompanhamento Mensal



Em dezembro de 2012, o Estado desembolsou R\$ 1,615 Bilhão no pagamento da dívida, destes, R\$ 1,478 Bilhão, decorrem da quitação do resíduo da dívida com o Governo Federal. Para isso, o Estado realizou operação de crédito com o Bank of América no valor de US\$ 726,5 milhões (cerca R\$ 1,5 bilhão) com um ano de carência para começar a pagar, trocando uma dívida com encargos indexados em quase 14% (IGP-DI mais 6% ao ano) por um novo contrato de apenas 4% de juros anuais mais a variação cambial, o que significará uma redução no desembolso de pelo menos R\$ 530 milhões somente em 2013.

No mês de maio de 2013, houve o recebimento de R\$ 1,179 bilhão referente à operação de crédito contratada com o BNDES para o Programa Acelera SC, que prevê um repasse total de R\$ 3 bilhões, a serem utilizados em três subcréditos, sendo R\$ 979,6 milhões para a amortização da dívida oriunda do Contrato nº 080/PGFN/CAF/PROCESSO nº 17944.000125/2002-52, celebrado entre o Estado, CELESC e BNDES, R\$ 200 milhões para aumento de capital do BRDE e o restante, R\$ 1,820 bilhão, para as demais ações do Programa Acelera SC. Portanto, no mês de maio, com o recebimento dos dois primeiros subcréditos houve também um acréscimo nas despesas de capital, especificamente na amortização da dívida pública, no valor de R\$ 979,6 milhões, e no aumento de capital social, no valor de R\$ 200 milhões.

Repasse para Pagamento dos Precatórios - Regime Especial

Desde 2010 os Precatórios são pagos conforme as regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto Estadual nº 3.061/2010, este que definiu a opção do Estado pelo pagamento dos precatórios em 15 anos. Os valores repassados ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para pagamento de precatórios em 2010, 2011 e 2012 foram respectivamente R\$ 37,5 milhões, R\$ 42,4 milhões e R\$ 44,09 milhões. Em 2013 foram repassados R\$ 8,27 milhões mensais, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

